



*[Handwritten signature in blue ink]*

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2021/2025**

**ATA NÚMERO DEZOITO**

**----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA QUINZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----**

----- Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre do edifício sede da Câmara Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme o ponto 1 do artigo 27º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**----- Ponto Um: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Um Ponto Um: Leitura resumida do expediente; -----**

**----- Ponto Um Ponto Dois: Apreciação e votação da ata da sessão ordinária do dia 15 de setembro de 2023, apreciação e votação da ata da sessão extraordinária do dia 06 de outubro de 2023 e apreciação e votação da ata da sessão extraordinária do dia 03 de novembro de 2023; -----**

**----- Ponto Um Ponto Três: Período para intervenções; -----**

**----- Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal e situação financeira do Município; -**

**----- Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação dos Documentos Previsionais para o ano 2024; -----**

**----- Ponto Dois Ponto Três: Informação do relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Instrumentos de Gestão Previsional; -----**

**----- Ponto Dois Ponto Quatro: Apreciação e votação da alteração do mapa de pessoal para o ano 2024; -----**

**----- Ponto Dois Ponto Cinco: Apreciação e votação da fixação de taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis; -----**

----- **Ponto Dois Ponto Seis: Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Atribuição de Apolos Económicos de Caráter Eventual em Situações de Emergência Social e Comprovada Insuficiência Económica para Pessoas do Município de Vimioso;** -----

----- **Ponto Dois Ponto Sete: Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Fundo de Manelo – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Vimioso;** -----

----- **Ponto Dois Ponto Oito: Apreciação e votação da alteração à Estratégia Local de Habitação;** -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove: Outros assuntos de interesse para o Município.** -----

----- **Ponto Três: PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas nove horas e quarenta minutos. A senhora primeira secretária verificou as presenças. Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal: Sérgio Augusto Pires, Lurdes Cristina Rodrigues Braz Pires, João Manuel Alves Padrão, Gracinda Cordeiro Rodrigues, Manuel Fernandes de Oliveira, José Amadeu Vara Rodrigues, Manuel João Ratão Português, Ana Rita Braz Lopes, Maria José Afonso Fernandes, Jorge Nuno Rodrigues Lopes Alves do Rosário, Maria Bernardete Miranda da Veiga, Manuel João Brás, Luís Filipe Pires João, António Emílio Dias, Carla Oliveira dos Santos Amado, José Manuel Miranda, Olga Isabel Fernandes Salazar, António Eduardo Cruz Izeda, Joana Filipa Carvalho Pires, Jorge Miguel Tomé Gonçalves, Manuel Emílio Fonseca João, José Manuel Alves Ventura, Cristina Maria Oliveira Miguel Rodrigues, Licínio Ramos Martins e Fernando Manuel Gonçalves Rodilhão. -----

----- Estiveram presentes, de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove de dezoito de setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, o Senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins, o Senhor Vice-Presidente António dos Santos João Vaz, e os senhores vereadores Carina Machado Lopes e Manuel Pascoal Lopes Padrão. -----

----- **Ponto Um: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um: Lektura resumida do expediente.** -----

----- Pela senhora secretária foi dado a conhecer a correspondência recebida.

Cordeiro

----- **Ponto Um Ponto Dois: Apreciação e Votação da ata da sessão ordinária do dia 15 de setembro de 2023, apreciação e votação da ata da sessão extraordinária do dia 06 de outubro de 2023 e apreciação e votação da ata da sessão extraordinária do dia 03 de novembro de 2023.** -----

----- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade. -----

----- **Ponto Um Ponto Três: Período para Intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Argozelo, José Manuel Miranda. Disse: "Quero propor dois votos de pesar pelo falecimento de dois antigos presidentes da Junta de Freguesia de Argozelo, José Fernandes de Oliveira, mais conhecido por "Tio Conde", e o senhor António Pimentão, mais conhecido por "Varetas". Foram duas personalidades respeitadoras e respeitadas pelos seus conterrâneos, dois homens, com uma determinação invulgar, que se dedicaram à sua terra natal de uma forma empenhada, apaixonada e responsável, procurando sempre o bem-estar comum. Devo dizer que, apesar de adversários políticos ao longo de uma grande parte das suas vidas, o concelho de Vimioso, e em particular a freguesia de Argozelo, deve-lhes um sentido de reconhecimento pela ação política que desempenharam com desprendimento e grande determinação. Por isso, em memória dos mesmos proponho um minuto de silêncio. Colocados à votação, os votos de pesar foram aprovados por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio". -----

----- Usou da palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Pinelo, Joana Filipa Carvalho Pires. Disse: "Queria propor um voto de pesar pelo falecimento do senhor António João Rodrigues Pires, natural da freguesia de Pinelo, pelo exercício de funções enquanto presidente de Junta nos mandatos de 1998 a 2005. Foi um homem sério, de convicção e de personalidade forte, que nos deixou um legado de cidadania, de capacidade de entrega e de solidariedade das suas gentes. Desta forma, proponho um minuto de silêncio em sua memória. Colocado à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio". -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santulhão, Jorge Miguel Tomé Gonçalves. Disse: "Queria, também, apresentar um voto de pesar pelo falecimento no dia 16 de outubro, de um antigo presidente da Junta de Freguesia de Santulhão, António do Nascimento Afonso Cordeiro. António Cordeiro, nascido a 1948, foi presidente da Junta de Freguesia de San-

tuilhão na década de 80 e início da década 90, até 1993, durante 3 mandatos. Foram mandatos marcantes, sobretudo marcados pelo humanismo, comportamento solidário e entrega a causa pública. Neste sentido, também gostaria de propor um minuto de silêncio de pesar. Colocado à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade. Fez-se um minuto de silêncio". -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, Licínio Ramos Martins. Disse: "Queria fazer aqui uma pequena intervenção sobre o tema que muito tem sido debatido nos últimos tempos no concelho. Já o fiz uma vez e vou fazê-lo novamente, porque nunca é de mais, quando os projetos são promissores e vantajosos para o concelho, sublinhá-los e vincá-los bem, nesta Assembleia. O ano de 2023 está a terminar e, com ele, o ciclo das feiras de Outono do concelho de Vimioso. Muito se tem falado destas feiras, sendo notória e esmagadora a opinião favorável das pessoas do concelho e dos milhares de visitantes que, anualmente, seguem a rota das feiras do concelho de Vimioso. A organização destas feiras resulta de parcerias estratégicas entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, constam do programa eleitoral que o povo votou, maioritariamente, e que, nesse capítulo se cumpre, integralmente, com a inauguração da Feira do Mel de Angueira. As feiras do concelho de Vimioso distribuem-se por dois ciclos festivos e de colheitas, revitalizando a cultura, as tradições e a economia do nosso território. O ciclo das feiras da Primavera, que se inicia por altura da quadra festiva da Páscoa, com a Rosquilha, em Argozelo, o Pão, em Caçarelhos, o Mercado Medieval, em Algozo, o Azeite e a Oliveira Santulhana, em Santulhão. O ciclo de feiras do Outono, iniciando-se na aproximação do equinócio com a Feira das Colheitas, em Vilar Seco. Seguindo-se, em pleno Outono, o Mel, em Angueira, a Castanha, em Avelanoso, o Cachico, em Carção, encerrando este ciclo e o ano, com chave de ouro, a Feira de Artes, Ofícios e Sabores, em Vimioso. Só por curiosidade, na fundação e afirmação da nacionalidade portuguesa, a Carta de Feira, a par da Carta de Foral, eram os principais privilégios que o rei concedia às populações. Já nessa época, as feiras faziam parte da estratégia dos sucessivos monarcas para povoar as terras do interior. Por exemplo, D. Afonso III concedeu Carta de Feira à então vila do Castelo de Guimarães, permitindo a realização de quatro feiras ao longo do ano: duas na primavera, entre março e junho; outras duas no outono, entre ou-

António

tubro e dezembro. Aquilo que parece coincidência histórica é inteligência daqueles que marcam a história. A visão estratégica de políticos inteligentes e empenhados na valorização dos territórios que governam. Não há como contrariar as evidências. Se as feiras do concelho de Vimioso têm sucesso é porque as pessoas aderem. Se as pessoas querem a realização das feiras, o dever dos eleitos é respeitar a vontade dos eleitores com quem se comprometeram. Em democracia, governa a maioria. Há uma tendência dos mais céticos dizerem que são feiras a mais. Questionam as feiras maiores porque cresceram; questionam as feiras mais pequenas porque nasceram. A resposta está no povo que converge, em massa, a cada feira, não interessa a localidade onde se realiza, a dimensão ou o seu historial. A maioria das pessoas, contrariamente à vontade de alguns, teimam em ir às feiras grandes para que se tornem maiores e às feiras pequenas para que cresçam e se tornem tão grandes como as maiores. Há outra tendência para questionar os proveitos das feiras. Trago aqui, a esta assembleia eleita pelo povo democraticamente, alguns resultados das feiras do concelho de Vimioso: no início da safra da castanha, quando os intermediários pagavam a castanha a 1 euro, os produtores do concelho de Vimioso venderam as castanhas nas feiras de Angueira e de Avelanoso a preços que variaram entre os 2,5 e os 3,5 euros, conforme a qualidade; o Kg de mel foi vendido acima dos 7 euros; as vendas de produtos diversos foram um sucesso, tal como testemunharam os expositores; alguns dos touros das chegadas valorizaram acima dos 100%. Quem, teimosamente, se insurge contra o investimento nas feiras do concelho, venha aqui apresentar uma estratégia melhor para a valorização dos nossos produtos. Mais números: a Feira das Colheitas de Vilar Seco, com 24 expositores, 12 eram do concelho de Vimioso; a Feira do Mel de Angueira, com 25 expositores, 20 eram do nosso concelho; a Feira da Castanha de Avelanoso, com 34 expositores, 23 eram do concelho de Vimioso, entre eles, 11 eram da Freguesia de Avelanoso e Vale de Frades; O Cachico, em Carção, com 26 expositores, 19 eram do nosso concelho. Bem fresca está a memória de todos nós em relação ao sucesso da Feira de Arte, Ofícios e Sabores de Vimioso, com uma centena de expositores e produtos de enorme qualidade. Sem vos querer maçar muito mais com números, permitam-me só que antecipe alguns do próximo ano. A Feira do Pão de Caçarelhos vai realizar-se nos dias 23 e 24 de março. Para que ninguém se sinta excluído, estão todos



convidados – quantos mais melhor, este é um projeto integrador. Só há uma coisa que não vos posso garantir, que é um lugar de expositor. Os 60 lugares que definimos para a XXII edição já estão esgotados: 8 para expositores de maquinaria agrícola; 52 para expositores dos produtos das nossas terras, entre os quais 36 reservas para expositores do concelho de Vimioso. -----

Sr. Presidente da Assembleia, senhoras e senhores deputados; -----

Sr. Presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores; -----

Senhoras e senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Com o devido respeito pela diversidade de opinião, eu acredito, cada vez mais, nesta estratégia para a promoção da economia, da cultura e das tradições das nossas terras. Não acredito por teimosia, acredito porque o sucesso dos expositores e a alegria das pessoas que participam é contagiante. O nosso dever é ouvir a voz do povo. O sucesso das feiras do concelho de Vimioso resulta, em primeiro lugar, da vontade do povo que adere em força; em segundo lugar, da excelente parceria estratégica estabelecida entre a Câmara Municipal, as Juntas e todas as instituições associadas. Neste sentido, desejo que o orçamento que aqui vamos analisar, discutir e, certamente, aprovar, valorize esta estratégia, privilegiando o investimento nas feiras do concelho de Vimioso, pois será um bom investimento na economia, na cultura, nas tradições e, principalmente, nas pessoas”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel João Ratão Português. Disse: “Falou-se hoje aqui de feiras, de organizações, eu também vinha aqui referir um evento que se realiza anualmente em Vale de Frades: a “Machorra”. Sabem o que é a “Machorra”, é uma ovelha que já não pare. Portanto, é uma tradição ancestral da aldeia no Dia de Todos os Santos. Ultimamente, aliás, já há bastante tempo, a tradição vem evoluindo, em vez da típica “machorra” velha, passou-se para vitela nova, sabe melhor, é mais gostosa. Antes só participavam os rapazes solteiros da aldeia, agora também participam os rapazes casados, viúvos, divorciados, e também as raparigas solteiras, casadas, viúvas e divorciadas. Participa toda a gente da aldeia. Se o dia de todos os santos calhar durante a semana, passa para o fim-de-semana a seguir, para dar hipótese à diáspora. O que teve de especial este ano, foi o espaço que passou a ser no novo centro de convívio. Antecipamos assim uma inauguração. É um espaço muito bonito, no meio da aldeia, muito cómodo, confortável. As pessoas ido-



sas que vivem lá também têm direito a uns miminhos destes. Senhores membros do executivo da Câmara, muito obrigado em nome da aldeia”. -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: “A Câmara associa-se, como não poderia deixar de ser, aos votos de pesar, e minutos de silêncio por pessoas que infelizmente já partiram, mas que deixam o exemplo do serviço à causa pública, em particular às suas localidades. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira, sublinhar que a Câmara Municipal vai continuar a ser o parceiro ativo com as Juntas de Freguesia na organização e realização das feiras temáticas onde elas já são realizadas. Este ano surgiram mais duas, em Santulhão e em Angueira. Volto a referir, se aparecerem mais, associar-nos-emos da mesma forma. Somos da opinião que elas contribuem para a afirmação do nosso território, principalmente das aldeias que precisam de vida e precisam de dar demonstrações de que as aldeias, apesar de cada vez terem menos gente, são territórios fundamentais para o equilíbrio do concelho, para a prática agrícola, para a biodiversidade. Não podemos advogar-nos que somos um território de excelência ambiental da Comunidade Intermunicipal no todo e, depois, deixarmos que essa excelência ambiental possa ficar condicionada, ficá-lo-á, com certeza, se não houver pessoas no território. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Manuel João Ratão Português, de facto, o espaço do Centro de Convívio Intergeracional de Vale de Frades está concluído. Penso que ainda não está totalmente recebido, mas o representante da Junta solicitou a utilização do espaço para esse evento, obviamente, ainda não tendo havido uma inauguração oficial, eu não sou muito dessas coisas, o mais importante é que as obras apareçam feitas e que as pessoas possam usufruir delas. Vale de Frades tem, ainda, uma associação à entrada da aldeia, mas que ficava já muito distante, atendendo à idade avançada de muitas pessoas que ainda habitam em Vale de Frades. De facto, aquele espaço, para além de ter permitido recuperar um edifício que a Câmara Municipal adquiriu que era antigo, no centro da aldeia, permite uma proximidade às pessoas e uma outra comodidade, atendendo que também tem outras valências que a anterior associação, por causa dos anos que tem, já não oferecia as condições desta. Espero que a população de Vale de Frades e do concelho, em geral, e para quem nos visita, possa usu-

fruir desse espaço e cuidar dele com muita estima, porque o espaço é de todos e o que é de todos ainda devemos ter mais atenção no cuidado". -----

----- **Ponto Dois: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal e Situação Financeira do Município.**

----- Todos os membros estavam na posse da informação escrita. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois: Apreciação e votação dos Documentos Previsionais para o ano 2024;** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Vou apresentar os documentos como fiz em sede de reunião de Câmara. O Orçamento para o ano de 2024 foi elaborado no âmbito da competência da Câmara Municipal, conforme o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para apresentação à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da referida lei. O orçamento da receita e da despesa para o ano de 2024 ascende a 12.343.314,00€. -----

----- **Resumo do Orçamento Previsto para o Ano de 2024:** -----

Descrição	Classificação Orçamental			Total
	Correntes	Capital	Outras Receltas	
Receitas	9 312 802.00 €	3 030 412.00 €	100.00 €	12 343 314.00 €
Despesas	9 044 851.00 €	3 298 463.00 €		12 343 314.00 €
Saldo	267 951.00 €	-268 051.00 €	100.00 €	0.00 €

----- O orçamento cumpre as seguintes regras: 1 - Equilíbrio Orçamental: o orçamento tem os recursos necessários para cobrir todas as despesas (Despesas = Receitas). 2 - Equilíbrio Orçamental Corrente: a receita corrente bruta ser pelo menos iguais à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Pela observação do quadro da página 6 do Relatório do Orçamento, conclui-se que este preceito se manteve presente e que o saldo corrente regista um superavit de 267.951,00€, que é superior ao valor das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (243.201,66€), o qual financiará as despesas de capital. -----

Orçamento da Receita: A metodologia adotada para elaboração do Orçamento da Receita para o ano financeiro de 2024 foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês consi-





derado o de outubro de 2023. Na elaboração do orçamento municipal para 2024 foram considerados, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado, os valores das transferências financeiras constantes no Orçamento de Estado em vigor (2023), nos termos da alínea c) do ponto 3.3.1 do POCAL. Relativamente à previsão orçamental de receitas resultantes da venda de imóveis, na elaboração dos documentos previsionais para 2024, a Câmara Municipal de Vimioso teve em consideração o disposto no n.º 1 do artigo 74.º da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (Orçamento de Estado de 2023). (média dos últimos 36 meses). A estrutura do orçamento da receita está discriminada no quadro 4 da página 9 do Relatório de Orçamento e são de salientar as seguintes considerações: Relativamente às Receitas Correntes, que representam 75,45% do Orçamento: Dos impostos diretos, que representam 5,67% do orçamento corrente, 68,16% são provenientes do imposto municipal sobre imóveis, 17,23% do imposto único de circulação, 14,55% do imposto municipal sobre transações onerosas de imóveis e 0,06% dos restantes impostos diretos; As Transferências correntes que representam 85,34% das receitas correntes registam um acréscimo de 1,76% face ao valor previsto no orçamento inicial para 2023. O peso do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação no IRS e IVA é de 67,54% das receitas correntes. A Venda de Bens e Serviços Correntes que contribuem em 6,40% para o orçamento corrente das receitas, apresentam um decréscimo de 3,76% face ao valor orçamentado inicialmente em 2023. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos, são as receitas mais significativas. As receitas provenientes das rendas contribuem em 3,52% para a formação deste tipo de receitas, estando incluídas as provenientes de habitação, edifícios e outras. Ao nível das Receitas de Capital que, representam 24,55% do Orçamento: A rubrica Venda de Bens de Investimento (terrenos e outros bens de investimento), com o peso no orçamento de receitas de capital de 0,24%. A rubrica Transferências de Capital contribui com 99,74% para o orçamento das receitas de capital e regista um acréscimo de 6,74% face ao valor inicial estimado para o ano de 2023. Este agregado de receitas, na sua quase totalidade, tem origem nas transferências da Administração Central (Fundo de Equilíbrio Financeiro de Capital e Fundos Municipais) e Fundos Comunitários, que somam ambas 2.943.461,00€. -----



----- Orçamento da Despesa: À semelhança da orientação subjacente à elaboração do orçamento estimado para a receita, projetou-se o orçamento inicial de despesa para o ano de 2024, com um acréscimo de 2,21%, face ao orçamento previsional do ano de 2023. A análise do comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 12.343.314,00€, pode ser efetuada numa ótica de comparação com a estimada no ano precedente. Assim, as despesas correntes atingem o valor de 9.044.851,00€, ou seja, um incremento de, aproximadamente, 1,36% em relação ao orçamento inicial de 2023. As despesas de capital atingem o valor de 3.298.463,00€, registando um acréscimo de 4,63% relativamente ao ano de 2023. Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações: As Despesas Correntes representam 73,28% do total do Orçamento. As Despesas com o Pessoal registam um acréscimo de 2,07% face ao valor inicial estimado para o ano de 2023. A rubrica Aquisição de Bens e Serviços regista um acréscimo de 1,73% face ao valor previsto no orçamento inicial anterior. A rubrica Juros e Outros Encargos regista um incremento de 2,96% face ao valor previsto no orçamento inicial para o ano de 2023. A rubrica das Transferências Correntes regista um decréscimo de 0,67% face ao valor previsto no orçamento municipal do ano transato. Ao nível das Despesas de Capital, estas representam 26,72% do orçamento total: A rubrica referente à Aquisição de Bens de Capital regista um acréscimo de 5,85% face ao valor estimado no orçamento inicial do ano de 2023. As Transferências de Capital demonstram um decréscimo de 11,46% em relação ao valor previsto no orçamento anterior. Na rubrica de Ativos Financeiros mantem para o ano de 2024 o valor previsto no orçamento de 2023. No ano de 2024 não está previsto qualquer pagamento ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, uma vez que o município de Vimioso já efetuou a capitalização antecipada. A rubrica de Passivos Financeiros engloba o montante previsto de amortização dos empréstimos bancários de médio e longo prazo. Quanto às Responsabilidades Contingentes, entende-se por Responsabilidade Contingente, possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência, é confirmada apenas, pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob controlo da entidade ou obrigações presentes, que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque: Não é provável que um Ex fluxo de recursos, que incorpora

*Almeida*

benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou o montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade. Face ao exposto, os processos judiciais cuja resolução pelos tribunais está em curso constam das páginas 19 e 20 do Relatório do Orçamento. Dívida do Município: O serviço da dívida (encargos com juros e amortizações de empréstimos) tem uma expressão de 2,59% no orçamento de despesa. Previsão do Serviço da Dívida: -----

Previsões						
	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Amortizações	255 000,00 €	255 000,00 €	267 000,00 €	271 000,00 €	272 000,00 €	250 000,00 €
Juros	54 550,00 €	55 552,00 €	60 552,00 €	60 552,00 €	67 601,00 €	69 600,00 €
<b>Serviço da dívida</b>	<b>309 550,00 €</b>	<b>310 552,00 €</b>	<b>327 552,00 €</b>	<b>331 552,00 €</b>	<b>339 601,00 €</b>	<b>319 600,00 €</b>

----- Durante o ano de 2024 são exetáveis ajustamentos a esta previsão, face à variação das taxas de juro Euribor. Quadro plurianual de programação orçamental e quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local. Os orçamentos das autarquias são anuais e segundo o n.º 2 e n.º 3 do artigo 9.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, a sua elaboração é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO), que faz parte do documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL). Atendendo ao disposto no artigo 44.º da norma atrás descrita, o órgão executivo municipal apresenta ao órgão deliberativo municipal uma proposta de quadro plurianual de programação orçamental, em simultâneo com a proposta de orçamento municipal apresentada após a tomada. Nos termos do artigo 44.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o QPPO delimita, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes: Os limites para a despesa do município; Projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município. Os limites são vinculativos para o ano do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes e deve ser atualizado anualmente, para os quatro anos seguintes. Determina o artigo 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que: "os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo" [onde se inclui o QPPO - quadro plurianual de programação orçamental e o QMPFAL - quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local] "são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presen-



te lei”, ou seja, até 3 de janeiro de 2014, o que não aconteceu. Face à falta de regulamentação dos elementos constantes dos aludidos quadros do QPPO e QMPFAL e desconhecimento das projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento de Estado, foi entendimento do Município, não preparar os quadros referidos para o exercício de 2014 e seguintes, na sequência das recomendações da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, que se anexam ao presente relatório (ofício n.º OFI\_645/2023/JS de 03-10-2023 e circulares n.º108/2014/AG de 01-10-2014 e n.º 82/2016/AG DE 14-10-2016). No que respeita às Grandes Opções do Plano, importa referir que este documento inclui dois mapas distintos, o plano plurianual de investimentos (PPI) e o plano das atividades municipais (PAM) e este apresenta o montante total de 7.191.613,00€. Tanto o PPI como o PAM, têm por base o cumprimento dos compromissos assumidos, que assenta em objetivos estratégicos que se desenvolvem na implementação de programas de atuação que são temáticas e fundamentais à organização de projetos, a nível de obras adjudicadas ou em fase de adjudicação. O PPI e o PAM que agora se apresentam resultam das reais disponibilidades do município donde a principal preocupação é assegurar os serviços elementares à população. Certamente que no decorrer do ano 2024 serão introduzidas alterações significativas quer a nível do reforço das despesas correntes e de capital, resultado das novas disponibilidades financeiras, quer o Orçamento de Estado, saldo de gerência e fundos comunitários. ----

----- O Plano Plurianual de Investimentos PPI é um documento previsional que contém os principais investimentos a realizar pela autarquia. Na sua elaboração incluíram-se os projetos (ações) assumidos em anos anteriores e não finalizados até ao termo do ano de 2023. Para o ano de 2024, o PPI apresenta o montante total de 3.879.613,00€, sendo de destacar as Funções Sociais que representam 78,98% do PPI. Dentro das Funções Sociais destaca-se o objetivo “Segurança e Ação Sociais” cuja despesa representa 29,64% do PPI e abrange a empreitada “Conjunto de seis residências de autonomização e Inclusão (RAI) no espaço envolvente e adjacente da antiga escola primária de Carção” cujo investimento previsto ascende a 1.437.360,00€, dos quais 1.149.888,00€ se estimam para o ano de 2024 e o montante de 287.472,00€ para o ano de 2025. Ainda nas Funções Sociais, no objetivo “Habitação e Serviços Coletivos” que representa 29,02% do PPI estão previstos os seguintes investimentos: Muros

na União das Freguesias de Algosó, Campo de Víboras e Uva, na União das Freguesias de Caçarelhos e Angueira, na Freguesia de Argozelo e na Freguesia de Vimioso; Beneficiação de arruamentos na União de Freguesias de Caçarelhos e Angueira; Construção/Reconstrução de Açude no Rio Angueira; Diversificação da Oferta do PINTA; Manutenção e conservação de espaços verdes. O objetivo "Saúde" engloba despesas associadas às Termas da Terronha. O objetivo "Educação" engloba a obra de "Beneficiação da cobertura da escola EB 2,3". No objetivo "Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos" estão previstas despesas referentes ao Centro de Convívio Intergeracional de Vale de Frades. Relativamente ao objetivo "Segurança e Ordem Públicas" este abrange as empreitadas de Reabilitação do Edifício das Forças de Segurança em Vimioso e do Centro de Proteção Civil Municipal. O Plano de Atividades Municipais – PAM, inclui projetos e ações que pela sua natureza não são considerados investimentos diretos, mas relevantes para a autarquia, incluindo também transferências para outras entidades. O PAM engloba despesas correntes e de capital e ascende a um total de 3.879.613,00€. (Eletricidade, Tratamento de Água, Tratamento de Esgotos, Tratamento de Lixos, Apoios ao Bombeiros, Transferências para Associações/CIM-TTM, Contrato de delegações de competências no domínio da Educação, Apoio Estudantes e Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos)".

----- Usou da palavra o Senhor Deputado João Manuel Alves Padrão. Disse: "Venho fazer a nossa declaração de voto porque nós achamos que este é um orçamento passivo e incompreensível, não apresenta soluções nem dinâmicas para o desenvolvimento e crescimento do nosso concelho. Durante os últimos anos, apenas vimos conclusões de obras já anteriormente iniciadas, bem como a revisão dos seus preços e, além disso, o que foi feito foram estudos para o futuro do concelho, estudos esses que nunca saem do papel. Porque aparecem durante anos na informação escrita do Senhor Presidente relativo à atividade do Município. A execução dessas obras estudadas raramente é vista. Assim, consideramos que este executivo apenas faz gestão de fundos para feiras, apoios a algumas associações e despesas correntes. Posto isto, achamos que o orçamento deveria estar orientado para tirar os estudos do papel, executando-os em todo o desenvolvimento do concelho. A começar por obras de retenção de águas que tanto fazem falta aos agricultores do concelho como com

*[Handwritten signature]*  
2015

qualidade nas nossas torneiras durante qualquer altura do ano. Também pela melhoria das infraestruturas da escola para que cada vez consigamos proporcionar melhores condições de aprendizagem e conforto aos nossos alunos. Este orçamento devia também ser focado em políticas de desenvolvimento e crescimento do setor empresarial e industrial do nosso concelho para que, deste modo, o concelho se torne mais atrativo para investidores desse setor, permitindo a criação de empresas que possa permitir, aos jovens deste concelho, sair para aumentar os seus estudos e regressar ao seu concelho para trabalhar, combatendo, assim, a desertificação que o nosso concelho sofre. São estes os motivos para o nosso voto contra deste orçamento". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Com todo o respeito e sentido democrático, aceitar as observações feitas pelo senhor Deputado João Manuel Alves Padrão que presumi que é a interpretação do grupo municipal do Partido Socialista. Quero dizer, ao senhor Deputado, que não há obras sem estudos e sem projetos, não há. Lamento que os estudos e projetos demorem tanto tempo. Por exemplo, o estudo para a ligação de Vimioso a Carção começou em 2015 e o Governo, o Governo do seu partido, só o concluiu agora em setembro deste ano, demorou 8 anos para fazer um projeto, agora era importante que lançasse a obra. Espero que o Partido Socialista lute por esta ligação como eu tenho lutado praticamente sozinho. Dizer-lhe que para a retenção de água, lançamos, há pouco tempo, está na informação escrita, que provavelmente não leu, o estudo para depois poder fazer a obra de uma grande retenção de água na Ribeira do Ramalhal na freguesia de Angueira, com conduta até à ETA de Vimioso, para que possamos ter mais água para abastecimento público. Quanto aos agricultores, como sabe, está aprovado o estudo prévio da declaração de impacto ambiental para o regadio de Santulhão. Estamos a conversar com o IFAP, mas o atraso não é nosso, é do IFAP, porque a verba que lá está disponível, cerca de quatro milhões e meio, não é seguramente suficiente para realizar a obra. Estamos à espera das informações do IFAP para lançar mais um estudo, que é o projeto de execução da barragem em Santulhão, porque sem esse estudo, não haverá certamente barragem. Também estamos a concluir o estudo dos arranjos exteriores do Centro de Promoção dos Produtos Locais de Santulhão, porque sem esse estudo não podemos lançar a empreitada. Ou seja, não há obra, não há execução sem

Aut. 103

haver estudos e sem haver projetos. Já agora, faço-lhe um desafio, nós vendemos terrenos na zona industrial a um cêntimo, não cobramos licenciamento a quem investe na zona industrial, não cobramos derrama, diga-me lá quais são as suas propostas para o desenvolvimento empresarial do concelho, porque eu não ouvi absolutamente nenhuma. Era importante que o Partido Socialista se afirmasse, de facto, como alternativa, mas propostas não vi absolutamente nenhuma. Quanto à qualidade da água, estamos também a investir na qualidade da água, temos que construir mais depósitos em Vimioso, temos que, por exemplo, na freguesia de Vilar Seco, colocar mecanismos por causa dos níveis do arsénio porque a Lei diminuiu os valores do arsénio e vamos continuar a trabalhar para melhorar a qualidade da nossa água. Reconheço que, por vezes, há falhas. Tentamos, com a empresa que presta o serviço à Câmara, colmata-las, mas essas falhas, felizmente, são cada vez menores. Basta que, um dia, haja uma fuga, é sempre uma preocupação, quer para o Presidente da Câmara, quer para o Presidente da Junta e também para as populações. Devo dizer que, aqui, nós fazemos um orçamento absolutamente realista. Dizer-vos que a taxa de execução deste ano em termos de receita já anda próximo dos 90%, o que significa que não fazemos orçamentos empolados. Podíamos pôr aqui mais um conjunto de projetos que vamos querer realizar e, provavelmente nas Assembleias Municipais de fevereiro ou abril, quando apurarmos o saldo de gerência, como referi, quando pudermos fazer candidaturas a fundos comunitários, que ainda não abriram as candidaturas, mas que o Município de Vimioso tem cerca de cinco milhões de euros assegurados, esses já estão assegurados, na contratualização com a Comunidade Intermunicipal e CCDRN, muito mais do que no anterior quadro comunitário de apoio. Aí, nós vamos lançar mais investimento, aquilo a que nós chamamos a obra, e essa vai ser realizada. Acredito que sendo o Município de Vimioso, como referiu, na abertura da Feira de Artes e Ofícios, o Senhor Presidente da CCDR Norte IP Professor António Cunha, o Município de Vimioso é um dos Municípios que melhor executa os fundos comunitários, com taxas de execução acima dos 90%. É isto que a população tem visto e é esta obra que vai aparecendo". -----

----- Não tendo havido mais pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por maioria. Com a seguinte votação: dois votos contra do(a) Senhor(a) Deputado(a): João

Manuel Alves Padrão e Maria José Afonso Fernandes; 3 abstenções dos Senhores Deputados: José Amadeu Vara Rodrigues, Manuel João Brás e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia Vimioso José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

**----- Ponto Dois Ponto Três: Informação do relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Instrumentos de Gestão Previsional; -----**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Este relatório é apenas para conhecimento, um relatório independente da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que é obrigatório apresentá-lo. Apenas sublinho que, na conclusão, é a opinião da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e passo a citar: “baseado na nossa avaliação, da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que estes pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da entidade acima indicada. Além disso, a nossa opinião é que a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos”. Repito, este é o parecer sobre os documentos que acabamos de apreciar e votar e que foram aprovados”. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

**----- Ponto Dois Ponto Quatro: Apreciação e votação da alteração do mapa de pessoal para o ano 2024; -----**

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: “Dispõem os Senhores Deputados da Assembleia do mapa de pessoal. Permitam-me apenas, que é aquilo que pode suscitar mais interesse, que dos lugares a criar, a contratar, temos, na Divisão Económica Social e Cultural, em Contabilidade e Administração um lugar a criar, que pode vir a ser para consolidar uma mobilidade intercarreiras. Temos também a criação de três lugares de auxiliar de ação educativa na Escola de Vimioso porque se prevê que alguns dos funcionários possam vir a aposentar-se e poderá haver a necessidade de contratar mais auxiliares de ação educativa para a escola, nos termos da transferência de competências que nós assumimos. Na Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras, criamos um lugar de arquitetura, este pretendemos abri-lo, isto porque o Engenheiro Orlando Moscoso tudo indica que, em meados do próximo ano, se irá aposentar, portanto, os serviços consideram que, como temos Engenheiros Civis, fará mais sentido a contratação de um Arquiteto. A atual Arquiteta



Quilicis

ocupa muito do seu tempo em informações, e, contratando um novo Arquiteto ou Arquiteta, para além das informações pode também fazer projetos de arquitetura, o que um Engenheiro Civil não pode fazer. Está também previsto a criação de um Encarregado Operacional de espaços verdes e ambiente, é para ser ocupado, mas ao ocupar-se este lugar, deixará de ter lugar o que está imediatamente anterior, que é o dos parques desportivos e recreativos, porque o Encarregado Operacional que está hoje nesse lugar, as funções que verdadeiramente exerce está ligado ao ambiente e espaços verdes. São estes os lugares que pretendemos vir a criar. Pode acontecer, em função de candidaturas que venham a ser feitas, ter que apresentar a esta Assembleia em próximas reuniões, alterações ao mapa de pessoal por tempo indeterminado quer a termo certo". -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por maioria. Com quatro abstenções dos (as) Senhores (as) Deputados (as): João Manuel Alves Padrão, José Amadeu vara Rodrigues, Maria José Afonso Fernandes e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Cinco: Apreciação e votação da fixação de taxas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Como consta da deliberação que foi tomada em reunião de Câmara de 29 de setembro, a Câmara Municipal de Vimioso apresenta as taxas mínimas de IMI, que correspondem a 0,8% dos prédios rústicos e de 0,3% para os prédios urbanos". -----

----- Usou da palavra o Senhor Deputado Manuel João Ratão Português. Disse: "Sobre este assunto queria dar a minha opinião. Claro que o Estado precisa de impostos, de recolha de receitas. Sem os impostos, quer o Estado Local quer o Estado Central, não pode realizar obras públicas, não pode proceder à distribuição de rendimentos. Mas especificamente sobre o imposto sobre prédios urbanos, eu queria dizer o seguinte, a nossa Constituição diz que todo o cidadão tem direito a uma habitação condigna para si e para os seus familiares. Por isso é que muita gente protesta, quer casa e tem direito se a Constituição o diz, tem direito. A maioria de nós ou se calhar todos, construímos ou estamos a construir a nossa casa sem pedir nada ao Estado, estamos a libertar o Estado



de um esforço e qual é o agradecimento do Estado? Agora pagas IMI e quanto mais investires na tua casa, mais IMI pagas. Por tudo isto, o IMI sobre prédios urbanos é o imposto mais injusto que temos. Como a Câmara, por Lei, não pode abdicar deste imposto, opta pelo mínimo, portanto eu voto a favor da proposta da Câmara". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Eu percebo a observação, a opinião do Senhor Deputado Manuel João Ratão Português. De facto, nós fazemos a casa porque é que pagamos imposto sobre ela, porque depois temos que manter a rua onde a casa está, pôr lá saneamento, pôr a água, porque a casa é servida por isso. O espaço urbano tem que ser mantido, e ao ser mantido, garantir os serviços que levam a essa casa, evidentemente que o Estado tem que fazer investimentos e tem que fazer a manutenção dessas infraestruturas. Se não fosse o IMI, haveria de ser outro. Também sou da opinião que quanto menos impostos o cidadão pagar, melhor para a economia, porque se não gasta em impostos vai aplicá-lo de outra forma na economia. Mas, obviamente, como disse, sem impostos não há estado social nem investimento público". -----

----- Não tendo havido mais pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por maioria. Com duas abstenções do Senhor Deputado: José Amadeu Vara Rodrigues e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso José Manuel Alves Ventura. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Seis: Apreciação e votação da proposta de Regulamento de Atribuição de Apoios Económicos de Carater Eventual em Situações de Emergência Social e Comprovada Insuficiência Económica para Pessoas do Município de Vimioso;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Como sabem, no âmbito da Lei 50/2018, de 16 de agosto, estabeleceu a transferência de competências para as autarquias locais em matéria de Ação Social. O Decreto-lei 55/2020, de 12 de agosto, atribui aos Municípios, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social. Passando as Câmaras a ter estas competências, que passam também pela atribuição dos apoios económicos de carater eventual e situações de emergência social e comprovada insuficiência económica aos ha-

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

bitantes do concelho de Vimioso, tornou-se necessário, de acordo com as transferências de competências, elaborar este regulamento que mais não é do que a cópia, na íntegra, da transferência do regulamento que antes existia a nível da Segurança Social. Portanto, se as competências deixaram de estar na esfera da Segurança Social e passaram para os Municípios, nós já tínhamos um regulamento, mas era do próprio Município, mas, agora, obviamente, temos que ter um regulamento que se adapte à transferência dessas competências. Como este regulamento tem eficácia externa, esteve em reunião de Câmara, esteve os 30 dias em discussão pública, voltou a estar na anterior reunião de Câmara e agora vem à Assembleia Municipal para apreciar e deliberar". -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Sete: Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Fundo de Maneio – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) de Vimioso;** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse: "Na sequência da transferência de competências, o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social de Vimioso, deve, nos termos da Lei, ter um Fundo de Maneio, que são 100 euros, para socorrer a despesas imediatas e inadiáveis que possam aparecer pontualmente, de pessoas com carência económica ou de emergência social. Como este regulamento também tem eficácia externa, também esteve em reunião de Câmara, decorreu o prazo da discussão pública, esteve novamente em reunião de Câmara e, não tendo havido contributos públicos para alterações, propõe-se a esta Assembleia a sua apreciação e deliberação".

----- Não tendo havido intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Oito: Apreciação e votação da alteração à Estratégia Local de Habitação;** -----


----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Em 2021 tínhamos aprovado, em Assembleia Municipal, a Estratégia Local de Habitação, que previa a aquisição de 15 edifícios para poder recuperar e, em função do diagnóstico social que foi feito, atribuir a pessoas que foram identificadas

com necessidade de habitação, ou porque não tinham ou porque estavam em habitações indignas. Entretanto, com o passar do tempo, não tem sido fácil a aquisição dos imóveis. Também se previa, na altura, a reabilitação do Bairro dos Barreiros. A Câmara veio optar por outra solução. Nesse sentido, do que aqui se trata, a alteração corresponde a não adquirir e recuperar as 15 casas, mas a construir 14 casas e adaptar uma para casa. Pretendemos construir 14 habitações sociais no Bairro de São Vicente, nos lotes que estavam destinados para 8 casas chamadas a 1 cêntimo. Já aprovamos o estudo prévio da alteração ao loteamento e já aprovamos o estudo prévio do projeto de arquitetura das moradias. Essas 14 habitações sociais são todas tipologia T3; o que pretendemos, se a candidatura vier aprovada, é construir essas habitações aqui em Vimioso e adaptar o antigo jardim-de-infância de Argozelo para moradia para pessoas que, em Argozelo, possam precisar. Este financiamento pode ser de 100% pelos financiamentos do Plano de Recuperação e Resiliência. O que pretendemos é fazer uma alteração à Estratégia Local de Habitação, em que o investimento andava na ordem dos 800 mil euros, em que a Câmara tinha que dispor dos recursos próprios cerca de um terço mais um terço de recurso à banca. Com a alteração, queremos ser mais ambiciosos. Esta candidatura tem que ser submetida ao IRHU. Não temos, ainda, a garantia que ela seja aprovada. Se não for aprovada não podemos executar esta estratégia que pretendemos. Se vier a ser aprovada, executaremos esta estratégia". -----

----- Não tendo havido pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Colocado à votação, em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Dois Ponto Nove: Outros assuntos de Interesse para o Município.** -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso José Manuel Alves Ventura. Disse: "O que me traz, aqui hoje, é só uma pequena lembrança para o Senhor Presidente da Câmara. O King, a prova dos Jeeps que foi realizada no início de outubro, segundo informações que tive, a retificação dos caminhos é da responsabilidade da Câmara Municipal. É muito chato que, até hoje, ainda não houve intervenção nenhuma nos caminhos e, mais agravante, o Senhor Presidente sabe que coincide com a apanha da castanha, com a apanha da azeitona e ainda com o período de caça, e as pessoas, não



sei alguém já veio aqui reclamar à Câmara, à Junta chegam quase todos os dias telefonemos de reclamações, por parte dos munícipes de Vimioso, que os caminhos estão num estado lastimável. O Senhor Presidente sabe disso. Agradecia que, inicialmente parece que foi o mau tempo, não sei se é a Câmara ou se empreita a retificação dos caminhos. A mim, já várias pessoas me perguntaram porque é que não componho os caminhos que a Câmara tem máquinas, tem maquinistas, eu respondo que a Câmara tem máquinas, mas não são administradas pela Junta de Freguesia. Senhor Presidente, agradecia que o mais rápido possível, já deveria ter feito, há caminhos que estão praticamente intransitáveis, com um bocadinho de sacrifício tinham-se retificado alguns e as pessoas não reclamavam, assim continuam a reclamar. Estamos quase a entrar num novo ano e os caminhos continuam num estado lastimável. Portanto, agradecia que tratasse da situação, senão tenho que recorrer a outras vias". ---

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesia de Caçarelhos e Angueira Licínio Ramos Martins. Disse: "Quero reforçar a reivindicação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso. O termo da aldeia de Caçarelhos também foi prejudicado desse ponto de vista, os caminhos estão por arranjar. Era compromisso serem arrançados na semana que se segue ao King. Se choveu, não foi o suficiente para impedir o arranjo naquele período do ano. Na semana passada, percorri os caminhos e, neste momento, duvido que consigam fazer o arranjo. Há zonas que qualquer intervenção neste momento só vai prejudicar ainda mais. Agora, sim, estão encharcados, na altura não estavam. Isto aconteceu na edição anterior do King, voltou a acontecer nesta edição. Eu acho que, aqui, ninguém tem qualquer preconceito em relação a este evento ou a qualquer outro evento. Os eventos todos são bons, eu comecei esta Assembleia precisamente por reforçar a ideia das 8 feiras do concelho, e o King, com certeza, que também traz muita dinâmica à economia do concelho naquela semana. Julgo que os eventos não podem ser a qualquer preço. No que à minha freguesia diz respeito, a intervenção que foi feita naquele caminho que liga Caçarelhos a São Joanico, ainda no tempo em que o atual Presidente da Assembleia era Presidente da Junta, foi uma intervenção de fundo, um caminho que estava completamente perdido e que, a partir daí, passou a poder fazer-se a ligação, com uma carrinha quatro vezes quatro, até mesmo com uma carrinha simples, faz a ligação entre Caçarelhos e

*Crishie*

São Joanico. Neste momento, não há condições. Essa intervenção que, na altura, foi feita e, até negociada com alguns proprietários, porque havia zonas que era impossível melhorar o caminho. Essa intervenção foi feita para que as pessoas, os agricultores, as populações, pudessem usufruir ao longo do ano. O Zé falou aqui na questão da caça, da azeitona da castanha e eu reforço a questão da lenha. É uma zona que tem muita, mesmo muita lenha de carvalho, é uma zona que tem muitos sobreiros, é preciso também tratar dessas plantas e neste momento, muito honestamente, façam esse exercício, percorram esses caminhos e digam-me se é possível transitar nesses caminhos. Por exemplo, com um trator ou com uma carrinha carregada, é impossível mesmo. A intervenção, neste momento, não sei muito bem do lado de Vimioso, mas, do lado de Caçarelhos, vamos ter que esperar pelo final da primavera, porque agora estão completamente encharcados e só vai piorar a situação. Para a próxima edição, era fundamental que as intervenções fossem feitas atempadamente, logo na semana que se segue à realização da prova". -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "As duas intervenções são similares, reconhecer que, de facto, a responsabilidade é totalmente da Câmara Municipal. Peço desculpa por ainda não termos conseguido fazer a intervenção. A verdade é que, na altura, as nossas máquinas estavam avariadas, como sabem, aliás no incêndio que houve em Vimioso, a máquina ainda estava avariada nem participou nele. Depois, começou a chover, pode não ser justificação para tudo, a verdade é que já contactamos, penso que está feito um ajuste direto com um particular no sentido de poder fazer ele a intervenção. É um senhor de Argozelo, tem máquinas e pode fazer isso. É evidente, como sabem, desde meados de outubro até à semana passada, todas as semanas tem chovido. Nas feiras, praticamente, em todas, choveu: choveu na "Feira de Artes e Ofícios", choveu na "Feira da Castanha", na "Feira das Colheitas", esteve este tempo todo a chover. Se não tem chovido, até se transitava nos caminhos, o problema é a lama que se criou devido à passagem dos Jeps. Não estou a desculpar-me e a responsabilidade é totalmente da Câmara, assumimos e vamos procurar resolver. Mal haja condições para fazer o serviço que deve ser feito para manter os caminhos, nós vamos fazê-lo. Peço desculpa e tenho que assumir a falha da Câmara, mas há outros caminhos de outras freguesias onde não passou o King e estão exatamente assim, porque a chuva



os pôs nesse estado. Mal se possa fazer essa intervenção, faremos essa intervenção, fica aqui esse compromisso. Se não está feito o contrato, está pelo menos determinado que possa ser um empreiteiro que tenha máquinas que possa fazer esse trabalho". -----

----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso José Manuel Alves Ventura. Disse: "Senhor Presidente, mesmo que não iniciassem os serviços já por uma questão de qualquer razão, agradecia que, pelo menos, nos locais mais críticos, porque há aí caminhos que não se transita, mesmo com uma carrinha quatro vezes quatro é muito difícil, mas pelo menos com as máquinas da Câmara meter lá umas pedras grandes, de qualquer maneira para ver se conseguimos pôr os caminhos transitáveis. Ainda, agora, o Senhor Presidente referiu que tinha uma máquina avariada. O problema é que lá fora as pessoas veem, a Câmara tem duas máquinas de rastro tem uma motoniveladora e tem duas ou três retos, portanto, é impossível que as máquinas estejam avariadas todas ao mesmo tempo. Com um bocado de sacrifício e boa vontade, consegue-se fazer a retificação de alguns caminhos". -----

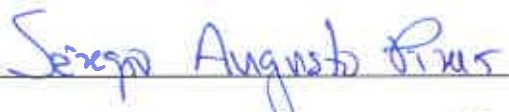
----- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara. Disse: "Volto a referir que faremos esse esforço o mais rapidamente possível, no sentido de resolver aquelas que são mais urgentes, com a certeza que queremos deixar todos os caminhos em boas condições". -----

----- **Ponto Três: PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas doze horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

  
-----

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

  
-----

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal

  
-----